



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo nº: **4001659-73.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **JAIRO CESAR CATHARINO**  
 Requerido/Impetrado: **Diretora Técnica da 26ª Ciretran de São Carlos Estado de São Paulo e outro, Departamento Estadual de Transito SP - DETRAN SP**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

**Vistos.**

**JAIRO CESAR CATHARINO** impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela Diretora Técnica da 26ª CIRETRAN, que lhe teria negado a renovação da habilitação, sem que tivessem sido esgotadas todas as instâncias administrativas para discussão do ato que determinou a suspensão de sua CNH e, portanto, estaria sendo punido antecipadamente, o que afronta seu direito de ampla defesa, mesmo na esfera administrativa.

A liminar foi indeferida (fls. 48/49). O Departamento Estadual de Trânsito solicitou o ingresso na lide como assistente litisconsorcial (fls. 63/64). Seguiram-se as informações (fls. 66/67) que vieram acompanhadas dos documentos de fls. 68/81. O Ministério Público declinou de funcionar no feito (fls. 86/87).

**É o relatório.**

**Passo a fundamentar e decidir.**

Pelo que se tem das informações prestadas, o impetrante cometeu várias infrações de trânsito durante o período de validade da sua Permissão para dirigir, contrariando o disposto no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro. Atingiu 71 pontos em 12 infrações, sendo que duas delas possuem fator multiplicativo três. Contrariando a alegação de falta de notificação, a autoridade coatora comprova que o impetrante foi identificado no momento da abordagem como o condutor do veículo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Além disso, não se pode olvidar que não se trata de bloqueio de renovação de CNH, mas de não concessão da CNH, não se aplicando, portanto, a mesma regra, uma vez que, para que o motorista obtenha a CNH, deverá cumprir os requisitos previstos no artigo 148 do Código de Trânsito Brasileiro.

Dispõem os parágrafos 2º a 4º, do referido artigo:

*“§2º. Ao candidato aprovado será conferida Permissão para Dirigir, com validade de um ano.*

*§3º. A Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor no término de um ano, desde que o mesmo não tenha cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média.*

*§4º. A não obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, tendo em vista a incapacidade de atendimento do disposto no parágrafo anterior, obriga o candidato a reiniciar todo o processo de habilitação”.*

Trata a hipótese de ato vinculado e, como tal, preenchidos os requisitos legais, automaticamente, ao término de um ano, será concedida a carteira; doutro lado, cometidas as infrações enumeradas, o candidato estará obrigado a reiniciar todo o processo de habilitação.

Ademais, o tempo de duração da permissão para dirigir (documento expedido a título precário), como visto, é de um ano, inexistindo previsão para sua prorrogação ou renovação.

A alegação de que teve cerceado seu direito de defesa não é válida, pois teve ciência de que necessitaria de defesa a partir do momento em que foi identificado como condutor do veículo, no momento da abordagem em razão de infração de trânsito cometida e também pelo correio (fls. 70).

Assim, para ter sucesso na presente demanda, seria necessário ao impetrante comprovar seu direito líquido e certo à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (art. 148, § 4º, Lei nº 9.503/97), o que não ocorreu.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando o impetrante com as custas processuais, ressalvado o disposto no art. 12 da Lei de Assistência Judiciária. Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

105 do Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

**P.R.I.C.**

São Carlos, 14 de fevereiro de 2014.